

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.198 - RO (2019/0088323-9)

RECORRENTE : INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDONIA  
ADVOGADOS : JOÃO BATISTA GOMES MARTINS E OUTRO(S) - RO000306A  
ALINE SUMECK BOMBONATO - RO003728  
RECORRIDO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA  
ADVOGADOS : LUIZIANA TELES FEITOSA ANACLETO - DEFENSOR PÚBLICO - RO004463  
JOSÉ OLIVEIRA DE ANDRADE - DEFENSOR PÚBLICO

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDONIA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, assim ementado:

Apelação. Reexame necessário. Ação civil pública. Pagamento. Adicional de incentivo à produtividade. Legitimidade ad causam. Confirmação. Sentença. Confirmação. Recurso. Não provimento.

1. A Defensoria Pública tem legitimidade ad causam para representar servidores públicos que comprovaram a condição de necessitado ou hipossuficiente, nos termos exigidos pela lei, por meio de ação coletiva.

2. Nos termos da Lei Complementar Estadual n. 688/2012, é devido o adicional de incentivo à produtividade aos servidores.

Na origem, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia propõe Ação Civil Pública em face do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM na qual pretende o pagamento do adicional de incentivo à produtividade de todas os servidores estatutários contratados.

Deu-se, à causa, o valor de R\$ 2.912,40 (dois mil, novecentos e doze reais e quarenta centavos).

No presente recurso especial, o recorrente aponta violação dos arts. 489, § 1º, IV, 373, I, e 1.013, todos do CPC/15; e 5º, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 688/12.

Sustenta que o julgador *a quo* deixou de observar a regra prescrita no art. 5º, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 688/12, que dispõe que a ciência do servidor é imprescindível para o pagamento do incentivo pleiteado.

Argumenta, ainda, que:

No presente caso, o v. Acórdão simplesmente NEGOU-SE a apreciar os argumentos trazidos pela recorrente no seu recurso de apelação,

# Superior Tribunal de Justiça

com o que violou o princípio recursal do duplo grau de jurisdição, até porque a sentença de primeiro grau também deixou de analisar e valorizar a prova apresentada pela recorrente sem a adequada e necessária fundamentação. (fl. 202)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Parecer do MPF pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Sobre a alegada violação dos arts. 489, § 1º, IV, 373, I, e 1.013, todos do CPC/15, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo dos dispositivos legais, nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Não constando do acórdão recorrido análise sobre a matéria referida no dispositivo legal indicado no recurso especial, restava ao recorrente pleitear seu exame por meio de embargos de declaração, a fim de buscar o suprimento da suposta omissão e provocar o prequestionamento, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

Ademais, verifica-se que o Tribunal *a quo*, para decidir a controvérsia, interpretou legislação local, *in casu*, a Lei Complementar Estadual nº 688/12, o que implica a inviabilidade do recurso especial, aplicando-se, por analogia, o teor do Enunciado n. 280 da Súmula do STF, que assim dispõe: “Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.”

Nesse diapasão, confirmam-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE RÁDIO-BASE DE TELEFONIA. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL. LEI MUNICIPAL 13.756/04 E DECRETO MUNICIPAL 44.944/04. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 26/08/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisão publicada na

# *Superior Tribunal de Justiça*

vigência do CPC/73.

II. Segundo consta do acórdão recorrido, a "Prefeitura Municipal de São Paulo propôs ação demolitória, em face da Tim Celular S/A, perante o Juízo da 7ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, objetivando a remoção da estação de rádio base instalada irregularmente, em razão de o equipamento estar em funcionamento sem prévio licenciamento urbanístico". O Tribunal de origem manteve a sentença de procedência.

III. A questão controvertida nos autos foi solucionada, pelo Tribunal de origem, com fundamento em leis locais (Lei municipal 13.756/04 e Decreto municipal 44.944/04). Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp n. 709.574/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 14/9/2015; REsp n. 1.455.034/DF, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 6/4/2015.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp n. 970.011/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 24/5/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. REAJUSTES REMUNERATÓRIOS. LEIS MUNICIPAIS. INCIDÊNCIA. MATÉRIA LOCAL. SÚMULA 280/STF.

1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.217.076/SP, representativo de controvérsia repetitiva, firmou o entendimento de que "A discussão, na fase de liquidação, a respeito dos supervenientes reajustes concedidos pela legislação municipal (Lei 12.397/97) e seus reflexos no cálculo do percentual devido e no cumprimento da condenação imposta envolve exclusivamente interpretação e aplicação de direito local, insuscetível de reexame por recurso especial. Aplicação, por analogia, da Súmula 280 do STF" (Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 14/10/11).

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg nos EDcl no AREsp n. 4.111/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 14/10/2014, DJe 12/11/2014.)

No mais, a análise do recurso especial, acerca da alegada correta apreciação da prova dos autos, demanda o necessário reexame dos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 24 de maio de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

